

Novos Estudos de Geo-História do Português: o Padrão Escrito Contemporâneo em Angola¹

New Portuguese Geo History Studies: the Contemporary Written Pattern in Angola

Claudio Cezar Henriques*

RESUMO

Este artigo apresenta os fundamentos da pesquisa em desenvolvimento na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se "Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea" e adota critérios de seleção de textos que se ajustam quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual. Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) "O português em textos jornalísticos"; (b) "O português em textos acadêmicos"; e (c) "O português em textos literários". O artigo analisa a linguagem do romance "A Cidade e as Duas Órfãs Malditas", de Luís Fernando.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa. Geo-História, Padrão escrito contemporâneo.

ABSTRACT

This paper presents the basis of the research under development at UERJ, with the support of CNPq. It is entitled "New Geo-Historical Studies of Portuguese: the contemporary written modality" and adopts text selection criteria that fit coherently in terms of textual genre, discursive domain and modes of organization. It is subdivided into three main fields, symmetrically and coherently constructed and titled, namely: (a) "Portuguese in journalistic texts"; (b) "Portuguese in academic texts"; and (c) "Portuguese in literary texts". The paper analyses the language of the novel "A Cidade e as Duas Órfãs Malditas", de Luís Fernando.

Keywords: Portuguese. Geohistory, Contemporary written pattern.

Recebido em 2 de dezembro de 2019.

Aceito em 27 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.357

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, claudioch@uol.com.br, orcid.org/0000-0001-5747-9620

1 Este artigo integra pesquisa que tem o apoio do CNPq e do Programa Prociência da UERJ.

Introdução

Este artigo² apresenta parte da pesquisa em desenvolvimento na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se "Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea". É a segunda etapa do projeto desenvolvido de 2014 a 2018, intitulado "Estudos Geo-Históricos do Português sob a perspectiva brasileira" e do qual resultou a publicação do livro *Geo-História do Português*, pela editora Gramma.

A pesquisa anterior apontou para a possibilidade de expansão de um ponto em especial, a exploração mais minuciosa do *corpus* escrito do português contemporâneo do Brasil e de outras nações que têm o português como língua oficial.

O projeto integra a linha de pesquisa "Formação, estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa", do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, beneficiando-se portanto de um ambiente institucional que favorece a interlocução com colegas e alunos de pós-graduação e de graduação. Além disso, conta com interlocutores qualificados – e mais diretamente sintonizados com o tema do projeto – no grupo de pesquisa "Descrição e Ensino de Língua: pressupostos e prática", cadastrado em 1993 no CNPq sob minha coliderança, e integrado no momento por doze outros pesquisadores, além de estudantes de graduação e de pós-graduação.

Entre as línguas de origem europeia, a língua portuguesa é certamente a que tem uma das histórias mais características, tendo se tornado – em decorrência das grandes navegações dos séculos XV e XVI – um dos poucos idiomas com presença na América, na África, na Ásia e na Europa. Estima-se que, atualmente, seja falado por cerca de 230 milhões de pessoas e ocupe o oitavo posto entre as línguas do planeta, ficando atrás apenas do inglês e do castelhano se considerarmos somente as línguas ocidentais.

Falado em uma vasta e descontínua área, nosso idioma possui traços de diferenciação, fato comum entre as línguas vivas. Suas variedades divergem de modo efetivo na pronúncia e no léxico, e de modo particular na estrutura morfossintática. Há quem aponte essas divergências como marcas de uma reordenação das modalidades do português, rebatizadas como novas línguas, dele derivadas. Tal posição, porém, se sustenta mais nas versões orais do português pelo mundo do que na prática escrita de seus usuários, ainda que se alegue que nesta forma de expressão prevaleçam formas "monitoradas" aprendidas na escola e na vida das pessoas letradas.

A língua é um organismo vivo, resultado de um processo contínuo de mudanças, de simplificações e de ampliações, de influências e de empréstimos, fenômenos que vão se estabelecendo ao longo do tempo e do espaço que ela percorre.

2 Aproveito aqui passagens do trabalho apresentado na USP em novembro de 2019, no XIII Colóquio "Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas", intitulado "Um Estudo de Estilística Lexical no Português de Angola".

O português é a língua de que somos coproprietários. Como brasileiros, podemos dizer que somos os maiores donos (mais de 210 milhões de habitantes) dessa "empresa linguística" chamada língua portuguesa. Entretanto, os "sócios fundadores" dessa empresa (os portugueses) e os demais acionistas (angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses e timorenses, sobretudo) praticam e exercem os seus direitos de legítimos coproprietários, o que aponta para a responsabilidade que a nação brasileira tem diante da constatação de que falamos uma língua internacional, algo a ser tratado como uma questão de interesse comum a toda a comunidade lusofônica. Esses números, porém, tendem a passar por uma importante modificação, devida ao intenso ciclo de crescimento demográfico africano.

Estudo das Nações Unidas (cf. <https://population.un.org/wpp> – World Population Prospects:) projeta uma grande reviravolta no cenário populacional dos países que têm o português como língua principal. O quadro seguinte³ mostra números que impressionam:

Tabela 1. Projeção populacional

PAÍS	POPULAÇÃO ATUAL	POPULAÇÃO EM 2050
Brasil	212.559.000	228.980.000
Portugal	10.197.000	9.085.000
Angola	32.866.000	77.420.000
Moçambique	31.255.000	65.313.000
Guiné-Bissau	1.968.000	3.557.000
Timor-Leste	1.318.000	2.019.000
Cabo Verde	556.000	679.000
S. Tomé e Príncipe	219.000	394.000
TOTAL	290.938.000	387.447.000

Esses números indicam que, em breve, o Brasil passará dos atuais 73% para 59% do total de falantes de português no mundo. A geo-história da língua portuguesa é, como se depreende, uma matriz que nos serve para organizar um pouco melhor a reflexão acerca de temas como indivíduo e sociedade, língua e nacionalidade, regionalização e globalização, etc.

Levando esses fatos em consideração, tomo como ponto de partida nesta pesquisa a realidade praticada por escrito em textos jornalísticos, acadêmicos e literários, reunindo um *corpus* formado por textos brasileiros, portugueses e angolanos. A pretensão é averiguar em que níveis se manifestam a unidade e a diversidade da língua-padrão, a despeito da atribulada

3 O quadro apresentado, inspirado no que está publicado em HENRIQUES (2019, p. 16), atualiza os dados e integraliza a relação de países que têm o português como língua principal.

história de sua expansão na Europa e nos demais continentes. Trata-se, pois, da investigação de um *corpus* contemporâneo, cujo tema é o mesmo que Nelson Rossi (1980, p. 43) chamou de "o equilíbrio entre o estudo da convergência e o da divergência linguística" e que envolve a conhecida discussão a respeito da unidade e da diversidade linguística.

A flexibilidade normativa ou liberdade normativa – de que falam Menéndez-Pidal (1964) e Celso Cunha (1985) – é uma característica essencial da língua portuguesa. Como Celso Cunha, atribuo à língua portuguesa as menções que Menéndez-Pidal faz sobre a língua espanhola (o artigo se chama "El Español de Canarias"). Parece-me válido admitir que talvez seja possível "chegar ao reconhecimento de uma diversidade básica de normas linguísticas dentro da língua portuguesa, não só no campo léxico e no campo fonético, mas também no sintático". Para ambos, o ensino do idioma, "concebido então como reflexão científica sobre um sistema e uma norma cujo conhecimento pré-científico se possui de antemão", obteria do usuário comum a correção linguística e o domínio das possibilidades expressivas da língua.

Ao mesmo tempo, a língua literária (e – acrescento por pertinência – a língua acadêmica e a língua jornalística), assentada em cada caso sobre uma estrutura normativa sentida como própria, poderia se despojar "de todo lastro inoperante, ganhando em flexibilidade e naturalidade" (PIDAL: 1964, e CUNHA: 1985).

Considerando então o conceito de uma macrounidade, o português do Brasil "constitui uma microunidade, correspondente a um uso típico, por parte de toda a comunidade brasileira, mediante uma gradativa diferenciação", como afirma Edith Pimentel Pinto (1992, p. 11). Por esse raciocínio, também é possível supor que há outras microunidades dentro da macrounidade do português, assim como que também há submicrounidades dentro das microunidades.

Comungo com essas hipóteses, já que a codificação de tais variabilidades normativas (micro- e submicrounidades), "longe de atentar contra a unidade do idioma", contribuiria para estabelecer uma maior intercompreensão entre as diversas modalidades do português hoje em uso.

Assim sendo, esta pesquisa focaliza novos aspectos da geo-história da língua portuguesa e sua presença no mundo contemporâneo. Ela se concentra em textos de três países (Brasil, Portugal e Angola), apresenta referências aos componentes internos da língua (sua morfologia e sintaxe, o léxico, a semântica – a fonética e a fonologia, por razões óbvias, têm menor relevo) e aos componentes externos (a ação dos homens em busca da expressão – nas situações em que o contexto do *corpus* permitir). Afirmo, com Antonino Pagliaro (1983, p. 29-30), que qualquer atividade criadora, qualquer ação que se consolide como fato e experiência

necessariamente se coordena com uma formalidade de agir, obedece voluntariamente a uma técnica, ou seja, a um conjunto de atos cujo valor se conhece em relação ao fim. Sem dúvida que no início de todas as técnicas está a ação individual. (...) A primeira condição para conhecer é interpretar, isto é, considerar um dado como forma de um conteúdo. Com esta interpretação

se relaciona a expressão que dela emana. É este o único ponto firme, a única modalidade inalterável que nos é permitido atingir, quando queremos investigar o campo da linguagem.

O planejamento desta pesquisa adotou critérios de seleção de textos que se ajustassem coerentemente quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual (cf. HENRIQUES: 2018, p. 7-24). Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) "O português em textos jornalísticos"; (b) "O português em textos acadêmicos"; e (c) "O português em textos literários".

A constituição do *corpus* investigado em cada campo teve como exigência a coerência dos textos quanto ao gênero, ao domínio discursivo e ao modo de organização.

- CAMPO 1 (textos literários): seis romances, dois de cada país.
 - Brasil: *O Professor*, de Cristóvão Tezza (ed. Record, 2014) e *Noites de Alface*, de Vanessa Bárbara (ed. Objetiva, 2013);
 - Portugal: em processo de escolha. *Madrugada Suja*, de Miguel Sousa Tavares (Clube do Autor, 2013) // *Lillias Fraser* de Hélia Correia (ed. Relógio d'Água, 2015);
 - Angola: *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, de Luís Fernando (Editorial Nzila, 2008) // *Os Panos Brancos*, de Maria Celestina Fernandes (União dos Escritores Angolanos, 2012).
- CAMPO 2 (textos acadêmicos): seis obras voltadas para o ensino universitário ou para a discussão acadêmica, duas de cada país.
 - Brasil: *Dona Leopoldina: a história não contada*, de Paulo Rezzutti (Ed. LeYa, 2017) // *O Profissional Incomum*, de André Portes (Ed. Best Business, 2017 – a 1ª ed. é de 2016);
 - Portugal: *Inimigos de Salazar*, de Irene Flunser Pimentel (Clube do Autor, 2018) // *A Função Social do Direito de Autor*, de Nuno Manuel da Silva Gonçalves (ed. Príncipia, 2018);
 - Angola: *Crianças Vítimas de Práticas de Feitiçaria*, de Antonia Domingos (União dos Escritores Angolanos, 2012) // *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: dinâmicas rurais de Cabinda-Angola*, de João Milando (ed. Mayamba & Imprensa Nacional de Angola, 2013) – obs.: Cabinda é uma das 18 províncias de Angola.
- CAMPO 3 (textos jornalísticos): quatro publicações de cada país.
 - Brasil: revistas semanais Carta Capital e Veja, jornais diários O Globo e Folha de S. Paulo;
 - Portugal: revistas semanais Visão e Sábado, jornais diários Expresso e Público;
 - Angola: revistas semanais África e Lux, jornais diários Jornal de Angola e Novo Jornal.

Portanto, como disse antes, esta pesquisa focaliza a geo-história da língua portuguesa e procede ao exame da língua escrita contemporânea de gêneros textuais paradigmáticos (o literário, o acadêmico e o jornalístico) em três países da comunidade lusófona: o Brasil, Portugal e Angola, que tem o segundo maior contingente populacional dos países da CPLP. A pretensão é analisar as convergências e divergências nos usos do português no *corpus* selecionado.

Os principais objetivos, aqui, são: (a) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes aos três conjuntos de textos selecionados; (b) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, ao português europeu e ao português angolano; (c) introduzir a discussão do tema da "homogeneização" da língua portuguesa em países africanos.

Além disso, há também o propósito de: (a) contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a expressão em língua portuguesa no contexto internacional contemporâneo; (b) contribuir para a compreensão das características de três modalidades nacionais da língua portuguesa; (c) estimular a pesquisa sobre geo-história da língua e sobre variedades linguísticas nos níveis da graduação e da pós-graduação.

1. Notícias de Angola

1.1 O país

Foi o explorador Diogo Cão, em 1542, o primeiro português a chegar a Angola. Na história externa do português, Angola ocupa um lugar importante, mas o começo de sua caminhada é marcado por disputas entre chefes tribais, pela exploração de suas riquezas e pelo tráfico de escravos, tema que, como se sabe, afeta sobremaneira a sociedade brasileira, já que "o principal destino dos navios negreiros que partiam dos portos de Angola e do Congo era a costa brasileira", como lembra Martin Meredith (2017, p. 160), que acrescenta:

Mais da metade do número de escravos exportados pelos portugueses da África centro-ocidental ia para o Brasil, uma viagem com duração de cinco a oito semanas; o restante era levado para o Caribe e para as plantations em estados da América do Norte. A taxa de mortalidade durante as várias fases da escravização era alta. Uma estimativa moderna é que, para cada cem africanos escravizados nas últimas décadas do século XVIII para serem exportados a partir de Angola, 10 podem ter morrido pela captura, 22 no caminho até o litoral, 10 nas cidades costeiras, 6s no mar e 3 nas Américas, antes de iniciar o trabalho, o que significa que menos da metade sobrevivia para o trabalho escravo. Ao todo, durante os três séculos e meio que o comércio transatlântico de escravos durou, cerca de 2,8 milhões de escravos foram enviados de Luanda e 764 mil de Benguela, cerca de um quarto do total.

Angola foi colônia portuguesa até 1975, tendo deixado essa condição depois de uma longa e sangrenta guerra iniciada no dia 4 de fevereiro de 1961, marcado na história angolana

como o Dia do Início da Luta Armada de Libertação Nacional. O pequeno resumo dessa fase pós-independência, exposto a seguir, dá notícia do doloroso processo de reconstrução desse país africano, que estava nessa época dividido por três grupos nacionalistas MPLA, UNITA e FNLA. Os três declararam independência no mesmo dia, 11 de novembro de 1975, tendo sido Agostinho Neto⁴, líder do MPLA, que controlava a capital Luanda, o principal protagonista dessa ação. As disputas entre os três grupos, porém, levaram o país a uma nova guerra, mais sangrenta do que a anterior. A Guerra Civil Angolana foi travada entre os três movimentos e teve como motivo principal a exclusão do FNLA e da UNITA do sistema político estabelecido por Luanda. A Guerra Civil, que se estendeu até 2002, foi marcada sobretudo por ações de guerrilha que, na última década do século passado, envolveu praticamente o país inteiro. Seu resultado foram milhares de mortos e feridos e destruições em aldeias, cidades, estradas, ferrovias, pontes. A migração populacional incrementou-se nessa época, pois boa parte da população rural fugiu para as cidades ou para outras regiões. Muitos angolanos buscaram refúgio até em países vizinhos.

O MPLA, que adotara a doutrina marxista-leninista na primeira fase de seu governo, decidiu, na década de 1990, mudar o regime para um sistema de democracia multipartidária, incentivando uma economia de mercado. Realizaram-se então as primeiras eleições em Angola, e a UNITA e a FNLA aceitaram participar do novo regime, concorrendo às eleições realizadas em 1992. Apesar dessa tentativa, a acusação de fraude na contagem dos votos trouxe de volta o cenário de guerra, a qual só foi encerrada em 2002.

Não é demais lembrar que foram os novos tempos florescentes na Europa após a Segunda Guerra Mundial que derrubaram regimes ditatoriais na Alemanha, na Itália, na Espanha. E que essas mudanças provocaram paulatinamente o desaparecimento das intervenções coloniais praticadas na África. A cronologia da descolonização africana elenca 17 países que se libertaram da França entre 1956 e 1962; 15 países se separaram do Reino Unido entre 1957 e 1968; 2 da Itália entre 1951 e 1960; 3 da Bélgica entre 1960 e 1962; e 1 da Espanha em 1968. Portugal, porém, manteve firme seu sonho colonial. Por isso, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) só ganharam soberania na metade da década de 1970⁵, sob forte pressão dos movimentos internos de libertação e da comunidade internacional.⁶

4 A frase-símbolo da independência de Angola foi dita por Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975: "Diante da África e do mundo proclamo a Independência de Angola". No mesmo dia, Holden Roberto, líder da FNLA, no Ambriz (província do centro-norte de Angola), e Jonas Savimbi, líder da UNITA, em Nova Lisboa (Huambo, na região central de Angola), também proclamaram a independência de Angola.

5 Guiné-Bissau em 10/09/1974, Moçambique em 25/06/1975, Cabo Verde em 05/07/1975, São Tomé e Príncipe em 12/07/1975 e Angola em 11/11/1975.

6 Cf. Zau, Domingos Gabriel Dele. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização* (tese de doutoramento: Univ. da Beira Interior), p. 99-100.

Hoje, como afirma Anthony Hodges (2002, p. 7), "Angola apresenta um paradoxo terrível e chocante". Embora possua uma das maiores concentrações de recursos da África, essa riqueza não tem sido associada ao desenvolvimento e à prosperidade de sua gente, "mas a anos de conflito, declínio econômico e miséria humana". Para ele, são poucos os países que "apresentam um contraste tão acentuado entre o potencial econômico e a situação do seu povo".

1.2. A língua



FONTE: <http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola>

Figura 1. As línguas de Angola

Fonte: <http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola>

Atualmente, Angola tem mais de 32 milhões de habitantes. Nas áreas urbanas, o percentual de falantes do português chega a 85%, enquanto na zona rural é de 49%. Em casa, muitos angolanos falam mais do que uma língua, mas o português já é falado por cerca de 70% da população. Os 30% restantes falam mais de 10 línguas nacionais, do ramo banto, como o quicongo (8,2%, no norte) e o quimbundo (7,8%, no norte e no litoral central). O chókue é falado no interior central e no norte (6,54%); no sul, entre as províncias do Cuando-Cubango, Cunene e Huíla, falam-se as línguas ganguela (3,11%), cuanhama (2,26%) e muhumbi (2,12%). Por fim, há ainda o fiote, língua falada no enclave de Cabinda por 2,4% da população.

O português é ensinado em todas as escolas de Angola. Em algumas delas, convive com o ensino das línguas nacionais, que dispõem de material pedagógico, mas sofrem com a falta de professores. Esse panorama de desigualdade é agravado pelo fato de ainda persistir em muitas famílias a carga negativa da língua local, criada no tempo da colonização, o que as faz preferirem que os filhos aprendam apenas português. Muitos receiam que o tempo gasto para estudar formalmente a língua nacional prejudique as atividades escolares restantes e por

isso optam apenas pelo idioma oficial. Também contribui para essa situação a supremacia da população jovem, com menos de 24 anos, que – como diz Joana Gorjão Henriques (2017, p. 24) – "não viveu o período de *apartheid* social em Angola, mesmo que não oficial".

Bonifácio Tchimboto⁷, pesquisador angolano, lembra que, para muitos de seus conterrâneos permanece a memória da placa de madeira pendurada nos estudantes flagrados, no tempo colonial português, falando quimbundo, uma das línguas nacionais angolanas. A inscrição dizia: BURRO. E acrescenta: "Essa carga pesada sobrevive ainda hoje na cabeça de muitos. Temos entre os nossos concidadãos aqueles que olham para o bilinguismo como um defeito, que a competência em duas línguas é um defeito.". Por isso, muitos dizem que não se deve usar nenhuma língua africana em público. Além disso, parece difícil encontrar, especialmente na população mais jovem, alguém que não fale ou, pelo menos, não compreenda o português. Isso faz de Angola praticamente uma exceção na África, já que, salvo alguns estados insulares, é o único país africano onde a língua europeia colonizadora é proeminente (cf. HODGES: 2002, p. 87) junto às massas populares.

Outro fator que importa na apresentação do contexto em que a língua portuguesa se consolida como a principal língua de Angola é o fato de a Constituição da República de Angola estabelecer, no seu artigo 19, item 1, que a língua portuguesa é a língua oficial do país, o que implica sua obrigatoriedade em todos os momentos da vida civil. Já as demais línguas locais são denominadas "línguas angolanas", sem o mesmo estatuto que a língua portuguesa.

Art. 19 (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o **português**.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das **demais línguas de Angola**, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Art. 21 (Tarefas fundamentais do Estado)

- (n) Proteger, valorizar e dignificar as **línguas angolanas de origem africana**, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como **línguas de identidade nacional e de comunicação**.

Artigo 23.º (Princípio da igualdade)

2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, **língua**, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

Fonte: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf> – **grifos meus**.

7 In: "Colonialismo Segregou Línguas Nacionais em Angola", palestra proferida no III Congresso Internacional de Língua Portuguesa, em Luanda, realizado em setembro de 2014.

Independentemente desse histórico e desses dados, as interferências linguísticas resultantes do contato do português com as línguas angolanas pré-existentes revelam a presença de substratos africanos no português de Angola, pois a língua do colonizador se impôs pelo maior prestígio cultural e social, mas os vários reinos locais, embora vencidos, deixaram marcas de seus hábitos linguísticos na língua nova. Ficaram substratos quimbundos, quicongos, chócues, etc.

Essa contribuição se dá pela entrada de palavras africanas no léxico comum, pela criação de formas oriundas do gênio inventivo do homem comum, pelos desvios e adaptações da norma padrão europeia, permitindo que se sinta nesses usos sua adaptação à realidade linguística angolana.

2. Uma Pequena Amostra: *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, romance de Luís Fernando⁸

2.1. O autor e a obra

Luís Fernando nasceu na aldeia de Tomessa, Ufge, Angola, em outubro de 1961. Licenciado em Jornalismo pela Universidade de Havana, em Cuba, iniciou seus trabalhos literários com a publicação de *Noventa Palavras* (1999), uma seleção de textos jornalísticos, motivados pela sua experiência na imprensa. Em 2011, por suas publicações no jornal O País, foi contemplado com o prêmio Maboque de Jornalismo, fundado pelo Grupo Angolano César & Filhos.

A Cidade e as Duas Órfãs Malditas é um romance que se passa na segunda metade do século XIX e conta a história de Dom Beneditto da Matta Prudente e sua família. No ano de 1853, os moradores da cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda, em Angola, sofrem com um surto de blenorragia, fato que desencadeia os dramas dos personagens.

O escritor equilibra relatos históricos com acontecimentos da ficção em busca da fluidez da narrativa e consegue, com seu estilo peculiar e elaborado, mostrar, entre outras coisas, como eram redigidos os documentos oficiais da época, sem abandonar as críticas ao comportamento dos cidadãos abastados de Loanda e seus respectivos representantes.

Se a doença venérea, a peste de bexigas e a escassez de água atingiram de maneira impiedosa boa parte da população, os males da alma foram, pouco a pouco, enfraquecendo uma sociedade que transparece no olhar meticuloso de Fernando sobre as inquietações humanas, que lhe deu as ferramentas necessárias para a construção de uma obra sobre uma cidade que, "a despeito das suas vaidades cidadinas, não é mais do que um lugarejo de vontades cruzadas" (p. 10).

8 Participou desta parte da pesquisa Cláudia Valéria Santos da Rocha, orientanda do curso de Especialização em Língua Portuguesa, convênio "Liceu Literário Português – UERJ".

2.2. O padrão contemporâneo em Angola: norma e estilo

Tudo o que diz respeito à construção, ao uso e à escolha das palavras (e das frases) pode sugerir dentro do texto um valor expressivo/impressivo para o que se pretende comunicar⁹. Mas a exploração desse valor também pode envolver temas ligados à flexão de gênero e número, à formação de palavras, à estrutura sintática ou aos aspectos formais mais específicos do que se entende por padrão escrito, ou seja, a forma praticada em dado espaço de uma comunidade idiomática, observando-se sua ocorrência em gêneros textuais distintos.

Os aspectos expressivos/impressivos dos enunciados têm ligações com os possíveis destaques e efeitos semânticos, morfossintáticos ou contextuais em que eles atuam. Os estudos de estilística contribuem para desfazer a ideia errônea de que apenas aos escritores é dada a permissão de fazer experimentações linguísticas. Há quem pense, quando se fala de poesia, que a arte não é para ser compreendida, mas sentida. Esse mito se expande quando vemos os alunos se esquivando das tarefas de produção textual sob a alegação de que não querem ser escritores. A estilística pode servir para mostrar que arte, técnica, estudo, bom gosto e ousadia não são bens inacessíveis e que qualquer pessoa tem o direito de escolher conscientemente as palavras que pretende usar em seus textos.

Em *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* (144 páginas, 14 capítulos¹⁰), Luís Fernando explora com apuro essas questões, que aqui vamos destacar e interpretar.

Na narrativa, o protagonista é o rico negociante Dom Beneditto da Matta Prudente. Embora consciente do estrago que uma aventura sexual poderia lhe causar, ele resolve dirigir-se à casa paupérrima de duas órfãs, cuja fama de disseminadoras de uma maldita doença venérea ia longe. Dom Beneditto era um daqueles chefes de família dignos e honrados de Luanda, que receberiam pelas noites de prazer a moléstia como "recompensa". Afinal, não queria ser ele, de maneira nenhuma, apenas um ouvinte das histórias que os outros senhores contavam sobre as tórridas noites com as meninas.

Contraída a doença, charlatães e curiosos da pior espécie tiravam proveito da tenebrosa situação, já que alguns doentes, preocupados com falatórios alheios, não costumavam procurar o único hospital da cidade, ironicamente chamado Hospital da Misericórdia. A solução prometida era um tratamento alternativo, que abafaria, segundo eles, as consequências da safadeza.

A temida gonorreia não demora muito a se manifestar no incauto personagem, para desespero de dona Anna Cândida, a esposa durante muito tempo enganada pelas escapulidas

9 O tema está desenvolvido em HENRIQUES: 2018, p. 99-105.

10 O livro contém, ao final, 15 notas bibliográficas, que se referem a ocorrências administrativas e policiais, transcritas parcialmente no livro e extraídas de documentos do século XIX – Boletins Oficiais do Governo Geral da Província d'Angola.

noturnas do marido e que vira alvo de chacota entre as damas da sociedade, que ostentavam uma nem sempre garantida fidelidade conjugal de seus maridos.

Diante do mal que nele se alastra, o negociante procura o Governador Geral, pleiteando um tratamento adequado para as meninas. O representante da Casa Régia, que sempre esteve ciente do que se passa em São Paulo de Assumpção de Loanda, mas nunca colocou os problemas da cidade na lista de suas prioridades, somente após o pedido do conhecido e importante cidadão loandense resolve mexer-se. Assim, as duas órfãs, aliciadas e acusadas de propagarem o terrível mal, são em pouco tempo acolhidas no hospital.

O narrador segue contando as peripécias por que passam as meninas e volta mais adiante às desventuras de Dom Beneditto. Optando por não recorrer à ajuda médica, ele consulta um falso boticário, que lhe prescreve doses de sulfato de quinino. O percurso da contaminação vai, mais adiante, se resolver, mas esse homem carregará consigo as marcas e consequências daquela noite fatídica.

Como dissemos, o livro de Luís Fernando tem esse traço de denúncia e crítica social. Em primeiro plano estão os rumos de uma saga familiar, em que se constrói a trajetória de um contragolpe fatal do destino – o amor entre o filho do protagonista e a mulher que ele não sabia ser a órfã que contaminara seu pai. Suicídios, traições, desavenças e frustrações se desenvolvem em um cenário que mostra a cidade de Loanda em péssimas condições de saneamento: dejetos jogados no mar; pessoas fazendo suas necessidades em qualquer local, à vista de todos; animais vagando pelas ruas; e toda sujeira exposta, sem que ninguém a recolhesse; graves doenças. No componente político, temos uma Câmara Municipal sempre metida em dívidas, que nada resolve, e um governo incapaz de se preocupar com a população mais pobre.

2.3. Três fragmentos

Selecionamos três passagens representativas do romance de Luís Fernando para tecer nossos comentários sobre norma e estilo.

FRAGMENTO 1 (cap. 3, p. 23-4)

Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, atravessou em silêncio sofrido os corredores e as saletas que separam os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. Fê-lo apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano e, se a sua condição humana não fosse a fragilidade que todos sabiam que era, dir-se-ia que a cena esculpida ao redor do punho simbolizava o seu próprio historial de decadência: um velho leão acossado por um pequeno grupo de jovens caçadores, mal alimentados e ainda mais tristemente armados, mesmo assim perto de conseguirem o golpe demolidor capaz de travar, para sempre, a carreira do rei da selva.

No intervalo de um mês, é a segunda vez que cruza aquele ambiente, primeiro por iniciativa pessoal e agora, em obediência a uma convocatória do ilustre representante do Rei D. Pedro V.

– Ó homem, vossemecê está assim de mal? O que há com a vossa saúde? – surpreendeu-se o Governador, ao encontrar um Dom Beneditto da Matta Prudente deslustrado, pele e osso, a estampa perfeita de um homem que decidiu aceitar, placidamente, o desígnio do flagelo.

A audiência parecia montada em cenário de completo equívoco. Não era, de longe, a visão que o Governador Ricardo Graça esperava encontrar quando solicitou ao seu secretário particular que preparasse a reunião, a começar pela ida à casa do comerciante para anunciar o nobre propósito do Chefe da Província e a compilação de dados sobre a ideia de se abrir um asilo para órfãos na necessitada São Paulo de Assumpção de Loanda. – Mas o secretário poderia ter comentado comigo o vosso tormento, homem – acrescentou, para fechar a inesperada reflexão.

FRAGMENTO 2 (cap. 5, p. 36-7)

Beneditto da Matta Prudente Júnior, o filho primogênito de Dom Beneditto e Dona Anna Cândida, tentava compreender, aos vinte e dois anos de idade, as arestas físicas e os labirintos da mente associados a uma cidade que há muito elegera como sua. Amava São Paulo de Assumpção de Loanda sem nunca a ter visitado, mas os progenitores, num dos raros casos em que pensavam igual uma decisão, haviam preferido manter o filho distante das incertezas de África. Queriam-no devidamente entregue aos estudos naquele colégio jesuíta do interior alentejano, com a certeza de que surgiria dessa opção o homem ilustre que alargaria a honorabilidade da família.

Caminhava para o seu primeiro ano na capital da florescente Província d'Angola. Chegara moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para contar, mas a dele sobressaía das restantes pela sua simplicidade aterradora: tinha conseguido colecionar três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos!

Mas nada que atormentasse o ex-discípulo dos jesuítas, ele que se fartara irremediavelmente dos métodos de ensino no colégio e da sonolência teimosa daquele mundo rural, no dizer de muitos, mais cruel que a bestialidade do inóspito sertão africano.

Desembarcou como um cigano em terra de fortuna e utopias. Três gordos baús com a mistura perfeita do útil e do supérfluo, calças de linho cru e sacolas mofadas de castanhas da serra, águas de colônia orientais, tecidos virgens para depois se ver a arte e o uso, bolas de naftalina, pentes e uma quantidade improvável de livros nunca lidos, quase todos de anos letivos mal frequentados.

FRAGMENTO 3 (cap. 11, p. 87-8)

O negócio de fazendas de Dom Beneditto da Matta Prudente, um dos mais notáveis no historial de crescimento contínuo da cidade, permaneceu fechado nos sete dias em que a viúva, o filho e de certo modo a vida social do burgo observaram uma pausa em sinal de respeito pela alma do distinto comerciante.

Os munícipes de boa memória que leram o aviso necrológico pendurado à entrada da loja, sentiram estremecimentos gerais ao recordar que se tratava da segunda vez, num intervalo de seis ou sete anos, que a morte visitava o rendoso comércio, sendo isso, de certeza absoluta, obra de invejosos. À passagem pelo local fizeram o sinal da cruz, olharam para o céu, e os mais afoitos tentaram ali mesmo montar uma espécie de bancada, para tertúlias que poucos se mostraram com ganas de alimentar.

Dona Anna Cândida tinha a cabeça transformada num turbilhão de ideias, inquietações e lembranças quando tomou a decisão de sacudir a tristeza e fazer avançar o progresso pessoal e da família.

– Não há outra maneira, a vida tem de continuar! – disse, pondo-se em marcha, em direção à loja.

Dispensou os préstimos do cocheiro Mandongo e saiu de casa antes mesmo de se notarem sinais de vida nos aposentos ao fundo, onde seu filho primogênito terá muito provavelmente reatado as delícias inconclusas duma lua de mel sem sossego. Uma perturbadora conversa na noite anterior com o herdeiro tinha-a atirado, de novo, para um mundo de tristeza indizível.

Temia pelos seus próprios atos depois do que ouvira da boca do filho, a confissão brutal de que a adolescente preta com quem estava casado era a tal. Sem escapatória possível, voltaram-lhe à cabeça os padecimentos terríveis daquele ano que gostaria de eliminar da memória do Mundo – 1853 – e, num repente, concentrou toda a fúria de que é capaz de se fazer dono um ser humano, sobre a figura daquele filho, responsável pela entrada, em sua própria casa, da encarnação do Demônio.

Entende-se por norma todo uso que é preferencial e constante numa variedade de língua (cf. BECHARA: 2019, p. 37), e isso vale tanto para seus falantes como para os que nela se manifestam por escrito. O levantamento das realizações linguísticas praticadas normalmente por uma comunidade linguística é o que Coseriu chama de "norma da língua" (1980, p. 119-25). Também nos parece pertinente lembrar que a norma deve ser definida como uma medida que se leva em conta quando está em foco a individualidade de um texto. E também que ela (a norma) está circunscrita pelo contexto, o que inclui tempo, local e situação.

A Cidade e as Duas Órfãs Malditas é um discurso escrito para ser recebido como um relato que revela um estilo correto do ponto de vista lexical e gramatical. Nos três fragmentos que transcrevemos, não há o uso dos elementos da variedade regional e das marcas de oralidade. As três falas são praticamente em "língua escrita":

- (1) – Ó homem, vossemecê está assim de mal? O que há com a vossa saúde? [f1]
- (2) – Mas o secretário poderia ter comentado comigo o vosso tormento, homem. [f1]
- (3) – Não há outra maneira, a vida tem de continuar! [f2]

A narrativa tem doses de tensão e sugere de alguma forma a natureza do romance. As opções do escritor são pelas formas de rigor morfossintático, como em:

- (4) **Fê-lo** apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano (...) [f1]
- (5) (...) **dir-se-ia** que a cena esculpida ao redor do punho simbolizava o seu próprio historial de decadência. [f1]
- (6) **Queriam-no** devidamente entregue aos estudos naquele colégio jesuíta do interior alentejano (...) [f2]
- (7) Amava São Paulo de Assumpção de Loanda sem **nunca a ter visitado** (...) [f2]
- (8) (...) concentrou toda a fúria de que é **capaz de se fazer dono um ser humano**, sobre a figura daquele filho. [f3]

Nelas, o que se encontra é uma sintaxe pautada pelo padrão luso-brasileiro, seja no uso dos pronomes oblíquos, seja na posposição extrema do sujeito. Já as passagens descritivas mostram uma seleção lexical igualmente refinada, o que confirma a preocupação do escritor com a exatidão na transmissão dos fatos e na apresentação das ações que movem a narrativa, sempre se valendo de sentenças construídas com palavras e expressões que garantam a ele uma espécie de "atestado de qualidade linguística".

(9) Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, atravessou em silêncio sofrido os corredores e as saletas que separam os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. [f1]

(10) Chegara moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para contar, mas a dele sobressaía das restantes pela sua simplicidade aterradora: tinha conseguido colecionar três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos! [f2]

(11) Os munícipes de boa memória que leram o aviso necrológico pendurado à entrada da loja, sentiram estremecimentos gerais ao recordar que se tratava da segunda vez num intervalo de seis ou sete anos, que a morte visitava o rendoso comércio (...) [f3]

Há o predomínio de períodos longos, o que interfere no ritmo dos enunciados, que assumem uma feição mais elaborada e formal. Nos três fragmentos transcritos, praticamente inexitem períodos simples: há um no primeiro fragmento e dois no segundo;

(12) A audiência **parecia** montada em cenário de completo equívoco. [f1]

(13) **Caminhava** para o seu primeiro ano na capital da florescente Província d'Angola. [f2]

(14) **Desembarcou** como um cigano em terra de fortuna e utopias. [f2]

Esse traço se repete ao longo da obra e, por isso, é comum nos deparamos com parágrafos constituídos por um único e longo período composto ou, quando muito, por dois períodos compostos:

(15) Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, **atravessou** em silêncio sofrido os corredores e as saletas que **separam** os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. **Fê-lo** apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano e se a sua condição humana não **fosse** a fragilidade que todos **sabiam** que era, **dir-se-ia** que a cena esculpida ao redor do punho **simbolizava** o seu próprio historial de decadência: um velho leão acossado por um pequeno grupo de jovens caçadores, mal alimentados e ainda mais tristemente armados, mesmo assim perto de **conseguirem** o golpe demolidor capaz de **travar**, para sempre, a carreira do rei da selva. [f1]

→ 1º período = 2 verbos; 2º período = 7 verbos.

(16) **Chegara** moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para

contar, mas a dele **sobressaía** das restantes pela sua simplicidade aterradora: **tinha conseguido colecionar** três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos! [f2]

→ 2º período= 4 verbos. [Obs.: o 1º período está em (13).]

(17) O negócio de fazendas de Dom Beneditto da Matta Prudente, um dos mais notáveis no historial de crescimento contínuo da cidade, **permaneceu** fechado nos sete dias em que a viúva, o filho e de certo modo a vida social do burgo **observaram** uma pausa em sinal de respeito pela alma do distinto comerciante. [f3]

→ período único = 2 verbos.

O uso dos conectores subordinativos também ilustra a afinidade estilística da obra de Luís Fernando com a prática a que chamamos de português prototípico – emprego normalmente utilizado em textos cujo modo de organização é narrativo ou descritivo no gênero discursivo literário¹¹. Os três fragmentos confirmam isso, mostrando por 23 vezes o uso da palavra "que" (16 como relativo; 7 como integrante). Os demais transpositores têm pequena ocorrência: "quando" temporal (2 vezes); "se" condicional (1 vez); "como" comparativo (1 vez); "onde" relativo (1 vez); e "quem" relativo (1 vez).

- (18) (...) as saletas **que** separam os visitantes do gabinete de despachos (...) [f1]
- (19) (...) não fosse a fragilidade **que** todos sabiam (...) [f1]
- (20) (...) todos sabiam **que** era (...) [f1]
- (21) (...) dir-se-ia **que** a cena esculpida ao redor do punho simbolizava (...) [f1]
- (22) (...) é a segunda vez **que** cruza aquele ambiente (...) [f1]
- (23) (...) a estampa perfeita de um homem **que** decidiu aceitar (...) [f1]
- (24) (...) a visão **que** o Governador Ricardo Graça esperava encontrar (...) [f1]
- (25) (...) solicitou ao seu secretário particular **que** preparasse a reunião (...) [f1]
- (26) (...) uma cidade **que** há muito elegera como sua. [f2]
- (27) (...) num dos raros casos **em que** pensavam igual uma decisão (...) [f2]
- (28) (...) com a certeza **de que** surgiria dessa opção o homem (...) [f2]
- (29) (...) o homem ilustre **que** alargaria a honorabilidade da família. [f2]
- (30) Mas nada **que** atormentasse o ex-discípulo dos jesuítas (...) [f2]
- (31) (...) ele **que** se fartara irremediavelmente dos métodos de ensino no colégio (...) [f2]
- (32) (...) fechado nos sete dias **em que** a viúva (...) [f3]
- (33) Os munícipes de boa memória **que** leram o aviso necrológico (...) [f3]
- (34) (...) sentiram estremecimentos ao recordar **que** se tratava da segunda vez (...) [f3]
- (35) (...) da segunda vez num intervalo de seis ou sete anos, **que** a morte visitava (...) [f3]
- (36) (...) para tertúlias **que** poucos se mostraram com ganas de alimentar. [f3]
- (37) Temia pelos seus próprios atos depois do **que** ouvira da boca do filho (...) [f3]
- (38) (...) ouvira da boca do filho, a confissão brutal **de que** a adolescente preta (...) [f3]
- (39) (...) os padecimentos terríveis daquele ano **que** gostaria de eliminar da memória (...) [f3]
- (40) (...) concentrou toda a fúria **de que** é capaz (...) [f3]

11 Veja-se o capítulo "Gêneros e Tipos" em HENRIQUES: 2018, p. 8-24.

- (41) (...) o Governador esperava encontrar **quando** solicitou ao seu secretário (...) [f1]
(42) (...) tinha a cabeça transformada (...) **quando** tomou a decisão (...) [f3]
(43) e, **se** a sua condição humana não fosse a fragilidade (...), dir-se-ia **que** a cena (...) [f1]
(44) Desembarcou **como** um cigano em terra de fortuna e utopias. [f2]
(45) (...) nos aposentos ao fundo, **onde** seu filho primogênito terá reatado (...) [f3]
(46) (...) a adolescente preta **com quem** estava casado era a tal. [f3]

Essas e outras características presentes na obra desse escritor angolano fornecem elementos para que se estude o português escrito de Angola como uma variedade de nossa língua. A "versão angolana" aqui representada pelo romance de Luís Fernando não interfere nos alicerces da língua, mas mostra uma expressiva forma de utilização do português.

Conclusão

Na simplicidade de sua narrativa e de sua linguagem, *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* não deixa de cumprir o papel de fornecer material para os mais diversos matizes de interesse. Os fatos históricos, a visão sociológica, os perfis psicológicos estão presentes ao longo do livro de Luís Fernando, que dá a eles uma interpretação pessoal, oriunda de sua experiência e trajetória.

Há em Angola alguns livros escritos em quimbundo, mas a literatura produzida expressa-se predominantemente em português padrão. Nos romances, o texto do narrador segue o modelo lusitano, mas as línguas locais costumam aparecer nos diálogos ou entranham-se nas estruturas do português – não é esse, porém, o caso do livro aqui apresentado.

Como dissemos no início deste artigo, um dos objetivos de nossa pesquisa é descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, europeu e angolano. Outro é introduzir a discussão do tema da "homogeneização" da língua portuguesa em países africanos. O estudo da linguagem praticada em *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* nos leva a refletir sobre a presença quase exclusiva do português prototípico, sem a manifestação de traços das línguas locais. Pode-se concluir que, no *corpus* em análise, o português escrito contemporâneo de Angola contribui mais para a tese da unidade do que da diversidade da língua.

Referências

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2019.
- COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- FERNANDO, Luís. **A Cidade e As Duas Órfãs Malditas**. Luanda: Nzila, 2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Geo-História do português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

_____. **Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade**. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2018.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **O racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2017.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, 2002.

MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón. El español de Canarias. In: _____. **Presente y Futuro de la Lengua Española**. Madrid: Ed. Cultura Hispánica, 1964.

MEREDITH, Martin. **O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PAGLIARO, Antonino. **A vida do sinal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PINTO, Edith Pimentel. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

ROSSI, Nelson. A realidade linguística brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 22. 1980.

TCHIMBOTO, Bonifácio. Colonialismo segregou línguas nacionais em Angola. **Atas do III Congresso Internacional de Língua Portuguesa**. Luanda: Universidade Jean Piaget, 2014.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Tese de Doutoramento, 2011.

Páginas de internet consultadas

<http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola/> Acesso em 31/10/2019.

<https://population.un.org/wpp/> Acesso em 02/11/2019.

<https://www.plataformamacau.com/lusofonia/angola/colonialismo-segregou-linguas-nacionais-em-angola/> Acesso em 02/11/2019.